

Rota da Resistência no Barreiro

Rota da Resistência no Barreiro

Vanessa de Almeida – Sector do Património e Museus – CMB

A par da tradição do trabalho, o Barreiro é conhecido e reconhecido (quer pela comunidade local quer pela exterior), pelo seu passado de resistência. A importante concentração operária, constituída maioritariamente por corticeiros, ferroviários e operários da CUF, permitiu desde cedo o germinar de ideais progressistas, mesmo antes da instauração da ditadura do *Estado Novo*. O Barreiro da I República, comumente designado por *pequena Barcelona* ou *Barceloneta*, passou a ser conhecido como *terra vermelha* ou *terra de bolchevistas*, não sendo raro, nos dias de hoje, o recurso ao adjectivo de *bastião* para apelidar a cidade aquando dos vários momentos eleitorais.

Conhecido pelo seu passado de resistência, parte fundamental da sua identidade colectiva, urge preservar e divulgar esse património, neste caso em concreto mediante uma rota da resistência, identificando lugares que, e recorrendo à designação de Pierre Nora, são, por si mesmos, *lieux de mémoire*, mesmo se não imbuídos do valor patrimonial tradicionalmente aceite. A concentração operária na vila barreirense permitiu a criação do que José Pacheco Pereira define como «espaço de tradição revolucionária», transformando-se no «principal instrumento da identidade local». (José Pacheco Pereira, *A Sombra – Estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993, pp. 75-76).

Optou-se assim pela selecção de alguns desses *lugares de memória* directamente relacionados com momentos de resistência protagonizados pela população barreirense:

Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral (Largo do Casal) – 18 de Janeiro de 1934

No Barreiro, tal como noutras localidades do país, uma acção de protesto contra a fascização dos sindicatos vinha sendo preparada desde os finais de 1933, através de um Comité de Acção Revolucionária, que incluía militantes anarquistas e comunistas. Para o dia 18 de Janeiro de 1934 estavam previstos vários actos de sabotagem a diferentes pontos estratégicos (de forma a impedir retaliação por parte das forças repressivas e corte de comunicações de forma a impedir contactos com o exterior) e greve geral. Na noite anterior, o administrador do concelho Bento da Silva Fernandes ordenara o encerramento dos cafés e tabernas pelas 22 horas, assim como o patrulhamento das linhas-férreas. Na madrugada de 17 de Janeiro tem lugar uma reunião dos membros do comité no pinhal do Lavradio, que dispersaram face à presença das forças da GNR, começando de imediato a ser efectuadas prisões.

A greve prevista para o dia 18 de Janeiro esteve longe de adquirir o carácter geral, circunscrevendo-se às fábricas de cortiça *Chaves Moralles* e *Teodoro Rúbio*, para o que em parte terá contribuído o reforço do policiamento.

Será na noite desse mesmo dia que tem lugar o acontecimento que merece maior destaque por parte da imprensa local e nacional. Às 20.40h, deflagra uma bomba no Largo Casal, à época um dos principais pontos de encontro do Barreiro, lançando o pânico entre os transeuntes e determinando uma imediata intervenção da GNR, com o destacamento de patrulhas para o local, tendo Bento da Silva Fernandes ordenado o encerramento de todos os estabelecimentos. Deste ataque à bomba resultaria o ferimento de 6 indivíduos. Foi identificado como autor do atentado João Montes “João Caldeireiro”, que teve como cúmplice Abílio Garradas. Bento da

Silva Fernandes torna público em edital um prémio de mil escudos a quem ajudasse a capturar os foragidos, o que viria a acontecer nos dias subsequentes. Em declarações posteriores, João Montes viria a declarar: *«Da esquina da rua Eusébio Leão arremessou uma bomba para um grupo de operários que ali se encontrava, tendo o seu gesto o fim de protestar contra aqueles que não aderiram à greve.»*

Rua da Bandeira – Semana de Agitação e Luta em Fevereiro de 1935

No dia 28 de Fevereiro de 1935 tem lugar uma jornada de agitação no Barreiro, organizada pela Comissão Inter-Sindical (CIS), afecta ao PCP. Envolvendo operários da CUF e ferroviários, ilustra a influência crescente do partido comunista no seio do operariado barreirense.

A acção tem início às 22.15h, mediante o corte da energia eléctrica, apagão que só viria a ser normalizado com o restabelecimento da corrente eléctrica meia-hora mais tarde. São hasteadas bandeiras vermelhas em toda a vila, a par da distribuição de material de propaganda. Na chaminé das oficinas dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, é hasteada uma bandeira vermelha de grandes dimensões, pelas mãos de Acácio José da Costa, responsável pelo Comité Local do PCP, coadjuvado pelos ferroviários José João Rodrigues, Joaquim Rebelo e António Fernandes. Face à dimensão dos acontecimentos, a PVDE é chamada a intervir, deslocando-se à CUF e às Oficinas dos CFSS à procura de possíveis cabeças de motim, acabando por prender 45 operários, os quais viriam a ser submetidos a violentos interrogatórios no posto policial da vila.

Posteriormente, Acácio José da Costa, será enviado para o Tarrafal, integrando a primeira leva de prisioneiros que inauguram o campo de concentração.

Praça de Santa Cruz – A revolta popular em Abril de 1935

Após o hastear da bandeira vermelha, os presos são interrogados pela polícia política na prisão sita na Praça da República (vulgarmente conhecida por “Olho de Boi”), sendo sujeitos a violentos espancamentos, fomentando a revolta popular. Como é mencionado no relatório da PVDE *«As investigações a que se referem os presentes autos foram quase sempre prejudicadas em virtude do povo do Barreiro, na sua maioria, mulheres, se oporem às prisões efectuadas, vaiando e insultando os agentes captores e dificultando os transportes de presos quando eles se efectuavam para Lisboa.»* A situação irá agudizar-se a 11 de Abril, aquando a transferência de alguns dos presos para a capital, verificando-se um motim popular no qual as mulheres desempenharam um papel preponderante.

No dia seguinte, por volta das 17.30h, as mulheres dos presos começam a concentrar-se junto aos Paços do Concelho, exigindo a sua libertação. Operários saídos das fábricas aderem ao movimento, originando uma manifestação que contará com cerca de 3000 pessoas. Face ao clima de revolta popular, a GNR intervém mas, e face à sua incapacidade em demover os manifestantes, são mandadas avançar tropas de Setúbal, acirrando ainda mais os ânimos da população. Face à dimensão dos acontecimentos Bento da Silva Fernandes faz publicar um edital, garantindo que *«de futuro, os interrogatórios dos presos seriam efectuados na presença do Administrador, a fim de pôr termo aos espancamentos.»* A PVDE é mandada retirar do Barreiro, sendo transferidos para Lisboa os restantes presos que ainda permaneciam na vila.

Oficinas dos Caminhos-de-ferro do Sul e Sueste – Prisão de José Francisco a 23 de Maio de 1936

A 23 de Maio, agentes da polícia política invadem as Oficinas dos CFSS e prendem o serralheiro José Francisco, sendo as oficinas cercadas por patrulhas da GNR e infantaria. A intervenção das forças repressivas desencadeia um protesto por parte dos operários, alguns dos quais recusando-se a trabalhar em solidariedade para com o preso. Após a saída dos agentes com José Francisco, muitos dos operários vão em sua perseguição até à gare marítima, acabando por atacar com pedras o vapor Évora, retaliando os agentes a tiro. Num relatório da polícia política pode ler-se: «...os operários das oficinas dos Caminhos de Ferro existentes na estação daquela localidade, se amotinaram e prenderam violentamente libertar um operário das mesmas oficinas, preso também naquele dia por uma brigada de agentes desta polícia, tendo chegado a apedrejar o vapor Évora que transportava o preso para Lisboa, o que ficou com bastantes avarias, o que deu lugar a que os agentes houvessem tido necessidade de se defenderem a tiro e que a secção da GNR da citada vila tivesse que agir energicamente, pelo que houve vários feridos.»

Nesse dia não foram efectuadas mais prisões, e embora tivesse sido afixado um aviso a anunciar o encerramento das fábricas no dia seguinte, acabaria por verificar-se um retrocesso nessa decisão, embora muito do pessoal operário acabasse por ser suspenso ou demitido.

Dias depois, a 5 de Junho, são presos os ferroviários José Pedro dos Santos, Rodas Nepervil Pinto de Sousa, Augusto Ferreira Durant, Amadeu dos Santos Silva. Face à eminência de prisão, outros ferroviários optam por fugir para Espanha, como sejam Manuel Firmo, Manuel António Ferro e Manuel António Boto, os quais

viriam a combater na Guerra Civil que entretanto deflagra, ao lado das forças republicanas.

Largo Alexandre Herculano (Largo das Obras) – A greve de 1943

No contexto da II Guerra Mundial, observa-se um agravar das condições de vida da população portuguesa. A inflação aumenta, verifica-se a contenção salarial, alguns géneros só são possíveis de adquirir no mercado negro, a preços inacessíveis às classes trabalhadoras. A partir de 1940 aumenta a contestação social, verificando-se importantes surtos grevistas, em diversas localidades do país.

Em 1943 dá-se a mais importante greve da história do Barreiro, não só pelo número de operários envolvidos, como pelas repercussões que trará para a vila operária.

A greve de Julho, organizada pelo PCP, tem início no dia 26, em algumas fábricas de Lisboa e Almada, estendendo-se à CUF do Barreiro no dia seguinte. A situação do operariado da Companhia vinha a agravar-se desde meados de 1942, motivado pela falta de matérias-primas o que implicava a redução do horário semanal de trabalho e, conseqüentemente, dos salários auferidos, destacando-se a situação da fiação e da tecelagem. Nos dois primeiros meses de 1943 são despedidos das fábricas cerca de 500 operários, sendo destes readmitidos, ainda em finais de Fevereiro, entre 180 a 200. Em Março circulavam boatos na CUF da possibilidade de ser feita greve, mas a mesma só irá deflagrar a 27 de Julho, sob a forma de *braços caídos*. No dia 28, logo pela manhã, as forças policiais ocupam as fábricas e fecham os portões, sendo dada ordem para dispersar às centenas de operários que se apresentavam ao trabalho.

Decorrem os primeiros confrontos entre os trabalhadores e as forças repressivas. Bloqueada a entrada, e após uma concentração junto ao Bairro Operário, os operários dividem-se em dois grupos, duas marchas contra a fome. O objectivo é conseguir a adesão dos operários de outras unidades fabris. Um dos grupos, constituído pelas operárias da secção têxtil, dirige-se às oficinas da CP e apela à solidariedade dos ferroviários, conseguindo a sua adesão apenas durante a manhã, fazendo parar um comboio vindo de Setúbal. A manifestação segue então em direcção às fábricas corticeiras, aderindo ao movimento a Teodoro Rúbio, a Herold, a Barreiras e Companhia, a Ferreira e Filipe, a Cantinhos, entre outras. O outro grupo segue em direcção ao Lavradio e dirige-se para as fábricas de goma e pólvora, na Barra-à-Barra. Desloca-se então para Alhos Vedros, onde a indústria local adere também à greve. Entretanto, um comboio vindo do Alentejo é forçado a parar, seguindo a locomotiva sem carruagens para o Barreiro.

Face à dimensão do movimento grevista, a repressão agudiza-se. Chegam ao Barreiro contingentes da GNR vindos de Évora, capitaneados por Homero de Matos, o *olho de vidro*, os quais recebem reforços de Beja, Vendas Novas e Estremoz. As prisões sucedem-se a ritmo galopante, sendo requisitados armazéns à *Teodoro Rúbio* para concentrar as centenas de presos, antes da sua transferência para Lisboa. Segundo uma nota da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra, publicada na imprensa a 29: «...(2) *Por ordem do delegado especial do mesmo Ministério, e em cumprimento de instruções superiores, serão imediatamente evacuadas todas as fábricas onde se dêem paralisações de trabalho, e demitido o pessoal que haja abandonado o serviço. As entidades patronais, em seguida ao encerramento, se o Governo não determinar outra coisa, abrirão nova inscrição para a admissão de operários em substituição dos demitidos. Em caso*

algum poderão ser readmitidos os fautores da paragem de trabalho e os culpados de quaisquer desacatos.

3) O pessoal que abandone o serviço, independentemente do sexo, e que, tendo sido preso, não seja de novo admitido ao trabalho, será imediatamente incorporado num batalhão de trabalhadores, subordinado à mais severa disciplina militar. Este trabalho, devidamente enquadrado, será utilizado, exclusivamente, em serviços pesados de interesse público.»

Segundo listagem da PVDE, 127 grevistas do Barreiro seriam incorporados no Batalhão de Trabalhadores. Como consequência directa da grandeza dos acontecimentos verificados, é instituído um Comando Militar na vila operária. Em 1947, publicava-se o Decreto-Lei nº 36 335, de 9 de Junho, no qual se declarava que «*tendo-se verificado a conveniência de colocar no Barreiro um destacamento para assegurar, com o pessoal indispensável, em eficiente policiamento urbano e tornando-se necessário, para o fim em vista, aumentar os efectivos da GNR*», mediante um regimento de cavalaria, «*que normalmente se manterá destacado na vila do Barreiro*».

Praiense/Pensão Barreiro – 8 de Março de 1957

Fundado em 1946, o MUD Juvenil tinha como objectivo mobilizar a juventude em torno de questões que lhe fossem caras. O MUDJ viria a conhecer grande expressão no seio da juventude barreirense, sobretudo a partir de meados da década de 50, promovendo reuniões, encontros, piqueniques, sendo ainda de destacar a acção desenvolvida no seio das colectividades. Em 11 de Novembro de 1956, dezenas de barreirenses participam num passeio-convívio a Alpiarça, mas são detidos pela GNR local e posteriormente entregues à PIDE. Do Barreiro são presos António Espírito Santo e Manuel da Luz.

Ainda no âmbito das actividades promovidas pelo MUDJ, é organizado um encontro no 1º andar da pensão Barreiro, no dia 8 de Março de 1957, para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Todavia, a GNR irá invadir o local levando presos muitos dos activistas que aí se encontravam, como sejam Armando Cunha Santos, Albertina Santos Marques e Lenine Sobreiro, este último permanecendo preso após a libertação dos demais.

Parque Oliveira Salazar (Parque Catarina Eufémia) – 1º de Maio de 1962

As comemorações do 1º de Maio, pelo carácter contestatário que lhes era inerente, não eram autorizadas pelo governo. No Barreiro, a proximidade da data implicava o exercício de uma repressão preventiva, mediante o reforço dos contingentes da GNR e da prisão de elementos considerados desafectos ao regime.

No dia 1 de Maio de 1962 é feita uma intensa distribuição de propaganda, mobilizando a população para uma concentração no Parque por volta das 17.30. A GNR viria a intervir, cercando o recinto, irrompendo à corinhada e perseguindo os manifestantes, alguns dos quais acabando por procurar refúgio no café Boleira do Parque. Como refere um relatório do PCP *«No Barreiro, no 1º de Maio, alguns milhares de manifestantes que se concentraram no Parque e imediações, foram cercados pela GNR (...) próximo, havia numerosos carros de assalto.»*

Apesar da repressão desencadeada, muitos dos manifestantes partem em direcção à Baixa da Banheira. Durante as horas seguintes, a Estrada Nacional foi percorrida por centenas de pessoas, sob vigilância da GNR, sendo presas Domingas da Conceição Borges, Vitória do Carmo e Rosete da Costa.

Luso Futebol Clube – Sessão de Música e Poesia em 11 de Novembro de 1967

Fortemente enraizado no Barreiro, o movimento associativo será uma ferramenta fundamental na resistência à ditadura. Apesar do controlo das actividades exercido pelo SNI, das denúncias feitas por informadores da PIDE, as várias colectividades foram conseguindo desenvolver uma panóplia de actividades – concertos, debates, colóquios – que visavam rasgar o obscurantismo que o *Estado Novo* promovia, destacando-se a acção das comissões bibliotecárias, que faziam chegar aos seus associados muitos dos livros proibidos pelo regime. Neste processo de consciencialização vai destacar-se a acção desenvolvida pelo Cine-Clube, fundado em 1958 e que em meados da década de 60 funcionará como colectividade de vanguarda mediante a dinamização de diversas actividades.

No dia 11 de Novembro de 1967, tem lugar no Luso Futebol Clube uma sessão de música e poesia organizada pelo Cine-Clube do Barreiro, tendo como artistas convidados Odete Santos, Rui Pato, Carlos Paredes, Fernando Alvim, Teresa Paula Brito e Zeca Afonso, conhecidos pela sua oposição ao regime, atraindo centenas de pessoas ao local, entre os quais se encontravam muitos estudantes universitários de Lisboa. O ambiente entusiástico da sessão iria culminar no pedido para que o Zeca cantasse “Os Vampiros”, música que estava proibida, levando a assistência à euforia. Como consequência, poucos dias depois começam a ser presos os membros da direcção do Cine-Clube. Primeiro Álvaro Monteiro, presidente da colectividade, que do posto da GNR do Barreiro será transferido para Setúbal, onde vai encontrar os demais elementos da direcção entretanto presos: Romeu Augusto do Rosário, Carlos Alberto Palácios Mendes, Domingos Sacramento Gutierrez, Artur David e Pedro Rocha Alves. Entretanto é também preso António Espírito

Santo que, conjuntamente com Álvaro Monteiro, será transferido para Caxias, em Janeiro de 68.

R. António José de Almeida e R. Combatentes da Grande Guerra – Comemorações do 5 de Outubro

Durante a vigência do *Estado Novo*, as comemorações do dia da implantação da República revestiam-se de alto valor simbólico para os opositoristas ao regime, sendo frequentemente cerceadas pelas forças da repressão na medida em que comemorar o dia 5 de Outubro significava, acima e antes de tudo, lutar pela restauração de um regime democrático em Portugal.

No dia 5 de Outubro de 1960 Manuel Cabanas, destacado opositorista, é preso pela GNR e posteriormente entregue à polícia política e encarcerado no Aljube, por ter promovido na sua casa na R. dos Combatentes da Grande Guerra a sessão comemorativa do 50º Aniversário da implantação do regime republicano, sessão que contaria com a presença de mais de 43 democratas. Seria também na sua residência que, em 1958, ficaria sediada a comissão concelhia de apoio à candidatura de Arlindo Vicente às eleições presidenciais. Como pode ler-se num relatório de um informador da PIDE, «*Encontram-se ali grandes quantidades de fotografias, propaganda, tarjetas, selos e outros material, partindo dali para os diferentes locais do concelho e distrito de Lisboa.*

Todas as sedes autorizadas para as comissões se instalarem, são presentemente sedes onde os elementos do PCP se reúnem actualmente, alguns até na ilegalidade, procurando sectores onde não sejam conhecidos. Esperam conseguir que depois de terminada a campanha eleitoral, possam continuar com as sedes abertas, com o rótulo de democráticos.»

Em 1969, em plena *Primavera Marcelista*, a Comissão Democrática Eleitoral (CDE) do Barreiro organiza as comemorações do evento

histórico. O início é marcado para as 11 horas da manhã e consiste numa romagem aos túmulos de antigos Republicanos no Cemitério do Lavradio, onde se concentram cerca de mil democratas. Finda a homenagem, a multidão sai do cemitério e, arvorando a Bandeira Nacional, percorre as ruas do Barreiro até à Sede da CDE, na R. Dr. António José de Almeida, onde mais de 2000 manifestantes ouvem a alocução proferida por Álvaro Ribeiro Monteiro, candidato da CDE pelo concelho nas eleições legislativas de 1969.

Largo 3 de Maio (Largo da Santa) – Maio de 1970

Após as eleições ocorridas em 26 de Outubro de 1969, nas quais a CDE no Barreiro vencera em todas as secções de voto com 61%, o Movimento de Oposição Democrática (MOD), através dos seus militantes, organiza as comemorações do 1º de Maio de 1970, mediante a realização uma manifestação conjunta entre o Barreiro e Moita. Pelas ruas do Barreiro com destino ao Lavradio, entoam-se canções de intervenção e gritam-se palavras de ordem, encontrando-se as duas manifestações (Barreiro e Moita) junto ao cemitério do Lavradio. Segundo relatório da GNR, seriam na ordem dos 5000 ou 7000 os *amotinados*.

A adesão popular é confrontada com um reforço das forças da GNR (a jipe e a cavalo) que não hesita em recorrer a rajadas de metralhadora para dispersar os manifestantes, que por sua vez ripostam atirando pedras. Gera-se um clima de batalha campal pelas ruas da Baixa da Banheira mas, impotente, a GNR acabará por retirar-se.

Porque a jornada constituiu uma vitória da Oposição, o governo faria abater, dois dias depois, uma acirrada repressão sobre todo o distrito de Setúbal. Na madrugada de 3 de Maio são presos pela PIDE/DGS 8 democratas do distrito de Setúbal: 4 de Setúbal, 1 da Moita, 1 de Alhos Vedros e, do Barreiro, Alfredo Rodrigues de Matos e Álvaro

Ribeiro Monteiro, este último antigo candidato a deputado pela CDE. São enviados para a sede da PIDE no Porto, e transferidos para Caxias em Junho.

Como resposta à repressão desencadeada pela PIDE, activistas do MOD afectos à organização local do PCP organizam uma manifestação de protesto e solidariedade para com os presos do distrito, à qual aderem milhares de pessoas, que percorrem as ruas do Barreiro até à antiga R. Brás (actual Pacheco Nobre) onde são interceptados pela GNR. Conseguindo romper o cerco policial, continuam em manifestação até ao Largo da Santa (actual Largo 3 de Maio), local onde a repressão desencadeada atinge uma proporção sem precedentes, provocando vários feridos graves, sendo ainda presos vários manifestantes: José Maria Pais Jordão, António Duarte Camacho, Guilhermino José da Costa, Francisco Vieira Pinheiro, Carlos Alberto dos Santos Godinho, Bento Gonçalves das Dores Gomes Serrano, Manuel Joaquim de Oliveira Singens, Ernesto Salvador Correia Viegas, Manuel da Conceição Nobre Correia, Fernando Manuel Mendes Alves, Malaquias Triancheira, Carlos Pereira Marques, Maria Júlia Serrano Pelengana, José Augusto Duro Soares, Gabriel Marques das Dores, Eugénio da Costa Carrasquinha, Valdemar Beça Ortiz, António Manuel da Silva Paixão e, no dia seguinte, Fernando do Carmo Libório.

Teatro Cine-Barreirense

Em 1973 era evidente a falência do projecto *renovação na continuidade* anunciado por Marcelo Caetano em 1968. A tímida abertura esboçada há muito que fora abandonada, adquirindo contornos de mera operação de cosmética: a PIDE passara a DGS, a Censura convertera-se em Exame Prévio, a União Nacional transformara-se em Acção Nacional Popular. Em contrapartida, os

problemas económicos do país agravavam-se, reflectindo-se num clima de instabilidade social. A repressão agudizara-se, culminando na morte a tiro do estudante Ribeiro Santos por agentes da PIDE em Lisboa. Quanto à questão da Guerra Colonial, Caetano descartava qualquer hipótese de negociação com os movimentos de libertação das colónias.

Durante o Congresso de Aveiro a Oposição Democrática decide participar nas eleições para a Assembleia Nacional. Rejeitando quaisquer *ilusões eleitoralistas* quanto à possibilidade de alcançar uma vitória, a participação na campanha tinha como objectivo fundamental desenvolver uma ampla campanha de esclarecimento em torno de objectivos concretos: conquista das liberdades democráticas fundamentais, luta contra a repressão, pelo fim da Guerra Colonial, contra a exploração capitalista e pela melhoria das condições de vida e luta pela resolução dos problemas locais. Perante a adesão popular em torno do Movimento Democrático, o Governo acciona de imediato o dispositivo repressivo, inviabilizando a prática de um recenseamento eficaz, prendendo democratas, assaltando sedes.

No distrito de Setúbal, é assaltada a sede distrital do Movimento Democrático, que funcionava no Barreiro, na Av. Marechal Carmona, 53 – 3º. O Governo Civil rejeita a candidatura de um elemento da lista do MOD – Marcos Manuel Antunes -, sob pretexto da perda de direitos políticos. Apesar dos entraves colocados, dia 11 de Outubro, na Incrível Almadense, são anunciados publicamente os nomes dos candidatos: Adilo Oliveira Costa (Setúbal), Artur Neves de Almeida (Almada), Ercília Talhadas (Moita), João Aurélio dos Santos (Seixal), Herculano Rodrigues Pires (Almada) e Alfredo Rodrigues de Matos (Barreiro).

No decorrer da campanha eleitoral, a questão sobre a ida ou não às urnas é apresentada pelos candidatos. Finalmente, dia 24 de Outubro, na sessão ocorrida no Teatro Cine-Barreirense, na presença de cerca de 3000 pessoas, à semelhança do que se verificava em outros locais do distrito, é aprovada por aclamação a Moção em que se decide a não ida às urnas:

«Não é por recear o desfavor do eleitorado que a Oposição Democrática renuncia a disputar as “eleições”. (...). Em rigor, recusar a participação nas urnas fascistas não é sequer uma abstenção (...). É um protesto activo contra a tirania. Um passo no reforço da luta do povo português pela conquista da liberdade.»